



Crise conjuntural e (re)militarização da “questão social” brasileira

RODRIGO CASTELO

“E os pactos sem a espada não passam de palavras, sem força para dar qualquer segurança a ninguém.”

Thomas Hobbes, *O Leviatã*.

Desde meados dos anos 2000 divulga-se que o Brasil vivenciaria um novo ciclo de desenvolvimento, conjugando de forma inédita crescimento econômico, justiça social e ampliação da cidadania. Os intelectuais do neodesenvolvimentismo baseiam-se em aspectos políticos e econômicos para pintar um quadro ufanista da realidade nacional: alta popularidade dos últimos dois presidentes da República, crescimento econômico, queda das taxas de desemprego, megaeventos...

Tudo parecia ir bem no país. Contudo, a história é implacável com aqueles que a analisam pelas aparências, ocultando suas contradições essenciais e negando as possibilidades de transformações radicais. Na prática, as contradições do neoliberalismo, suavizadas pelo neodesenvolvimentismo até determinada conjuntura, chegaram ao ponto de ebulição político e explodiram no ano passado. Parafraseando Hegel, o auge comporta os germens da decadência.

A ideologia hegemônica no país, que combina aspectos do projeto social-liberal e com os do neodesenvolvimentista, sustentou-se por pouco tempo e desmoronou a partir do levante popular¹ iniciado em

¹ Ver, a respeito, as obras coletivas *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil* (São Paulo, Boitempo/Carta Maior, 2013) e *Jornadas de Junho: a revolta popular em debate* (São Paulo, ICP, 2014).

junho de 2013. Assim, o bloco dominante esgotou suas possibilidades de dirigir o país majoritariamente pela via do consenso. As lutas de classes acirraram-se no Brasil e a polarização política ficou visível: não era mais possível sustentar o discurso da harmonia social.

Uma crise conjuntural instalou-se no país. Do ponto de vista econômico, as taxas de crescimento do PIB nacional estacionaram, nos últimos quatro anos, num patamar inferior ao registrado ao longo da era FHC, embora os lucros dos grandes conglomerados transnacionais mantenham-se em alta. A despeito das nossas reservas cambiais, o déficit na conta-corrente do balanço de pagamentos é crescente – hoje na marca dos US\$ 70 bilhões – e a dependência financeira, comercial e tecnológica ainda é um traço estrutural da nossa sociedade. A inflação ensaia sair da meta, e o governo reedita sucessivas altas dos juros básicos da economia, os maiores do mundo. E a queda nas taxas de desemprego estagnou, o que demonstra a incapacidade do mercado de trabalho formal de absorver um exército industrial de reserva formado por cerca de 50% da classe trabalhadora, que sobrevivem na informalidade com relações precárias de trabalho e sem garantias de direitos sociais básicos.

Além disso, no reino oculto da produção, para além das aparências do mercado de trabalho, a superexploração, a alienação e a subordinação (formal e real) agravam-se, como atestam os números crescentes de acidentes e mortes no trabalho, doenças laborais físicas e mentais, terceirização das empresas e a maior taxa de rotatividade do emprego do mundo, sem falarmos na persistência do trabalho infantil e de situações análogas ao escravismo em diversos ramos econômicos, seja em zonas rurais ou em grandes centros urbanos. Diante do aumento da intensidade da “marolinha”, ainda longe de se transformar no *tsunami* que varreu os centros imperialistas, o governo aciona políticas ortodoxas do receituário neoliberal – execrado retoricamente, mas ainda aplicado com vigor.

Do ponto de vista político, setores da alta burguesia – que continuam sendo os principais beneficiários das políticas estatais – aumentam o tom das críticas que fazem à política econômica através de seus oligopólios midiáticos. A coalizão presidencial que dá sustentabilidade ao Palácio do Planalto vê sua base diminuir, com perdas de aliados históricos (como o PSB) e partidos conservadores (como o PTB e o Solidariedade). O PMDB, mais uma vez, vende caro seu apoio e, em alguns estados da federação, desembarca no colo da oposição. A governabilidade balança, mas não cai.

No andar de baixo, setores expressivos da classe trabalhadora saíram do torpor alimentado pelo transformismo de dirigentes do PT e da CUT. Dados do Diesse indicam que, desde 2008, o número de greves aumentou. E alguns movimentos paredistas foram radicalizados, passando por cima de direções burocratizadas e utilizando-se de táticas de ação direta – basta recordamos Jirau, Belo Monte, Suape, Abreu e Lima, Comperj, as obras dos estádios da Copa, as greves dos garis e rodoviários cariocas etc. Outra novidade desse novo ciclo de lutas sindicais são as greves de militares que, por vezes, atraem o apoio popular, como ocorreu em 2011 na cidade do Rio de Janeiro, colorida de vermelho pela própria população em solidariedade aos bombeiros. Nesses casos, o Exército é convocado a ocupar as ruas. Os movimentos sociais do campo e da cidade também se tornaram mais atuantes e protagonizaram lutas de resistência que muitas vezes tiveram desfechos trágicos, como a ocupação da comunidade Pinheirinho (São José dos Campos, SP).

A resposta das classes proprietárias diante do esgotamento político e social de seu bloco de poder foi imediata. Com a ebulição dos levantes populares, o Estado operou um conjunto de medidas consensuais e coercitivas. No plano do consenso, o governo federal propôs um pacto social com cinco pontos. O primeiro deles, não por acaso, é a manutenção da disciplina fiscal. Essa política ortodoxa, presente no topo da lista do Consenso de Washington, também não por acaso drena 45% do orçamento público para o pagamento da dívida interna e resulta, afinal, em poucos investimentos nas políticas públicas garantidoras de direitos sociais, como educação, saúde, habitação, transporte e lazer, justamente aqueles direitos clamados pelos manifestantes. Como expandir e melhorar serviços públicos com o saque promovido pelos rentistas ao orçamento? A equação não fechava, e a manobra foi desmascarada. As ruas continuaram ocupadas.

Em compasso com a violência da espoliação das finanças públicas, seguiu-se a intensificação do uso da coerção estatal contra militantes organizados e manifestantes em geral. A natureza autocrática do Estado brasileiro, construída historicamente em períodos ditatoriais como o Estado Novo e o golpe empresarial-militar de 1964, nunca foi de fato demolida. Na transição da ditadura para a Nova República, presenciamos mais uma vez acordos pelo alto – típicos de uma revolução passiva, ou da via prussiano-colonial – serem firmados entre antigas e novas classes dominantes e tecnocratas do Estado, minimizando, de fato, a capacidade popular de interferir na grande

política, como foram os casos da derrota da emenda Dante de Oliveira na campanha pelas “Diretas Já” e a formação do “Centrão” na Assembleia Constituinte.

Mantidas as velhas estruturas coercitivas, o Estado pode retomá-las no atual momento como uma das formas de manter a ordem diante da crise conjuntural. Colocaram-se em marcha os aparatos repressivos, reatualizando antigos métodos e erigindo novas estruturas. *Passamos a viver, então, a (re)militarização da questão social, etapa superior da criminalização das lutas políticas e das desigualdades sociais.*

São inúmeros os fatos que corroboram tal tese. Lembremo-nos de alguns mais significativos. Em julho de 2013, a grande mídia noticiou que o Exército monitorara as redes sociais, utilizando-se de técnicas similares às da Agência Nacional de Segurança dos Estados Unidos (NSA). Os dados foram repassados às polícias federal, civis e militares e usados para investigar e prender manifestantes. Dois meses depois, a Polícia Civil de São Paulo prendeu militantes com base na Lei de Segurança Nacional; no mesmo período, a Polícia Civil do Rio de Janeiro valeu-se da Lei de Organizações Criminosas para encarcerar manifestantes.

No fim de outubro daquele ano, o ministro da Justiça José Eduardo Cardozo propôs a federalização das investigações contra as manifestações populares. Os primeiros estados a aderirem ao projeto foram São Paulo e Rio de Janeiro, de onde surgiram novos protocolos de ação contra as manifestações, como o cerco via “policimento desproporcional”, o ataque policial preventivo e as detenções por falsos flagrantes preventivos². Dias depois, Cardozo anunciou a criação de forças-tarefa para julgamentos sumários nas áreas de conflitos políticos. E, em 19 de dezembro de 2013, Celso Amorim, ministro da Defesa, assinou uma portaria para regulamentar o uso das Forças Armadas para a garantia da lei e da ordem, nas palavras oficiais. “Por este ato”, diz Mauro Iasi, “o governo Dilma Rousseff nos ajuda a esclarecer o real caráter de classe desse governo e seus compromissos com a ordem burguesa e a sociedade do capital”³.

² Cf. Eduardo Tomazine, “Não vai ter protesto: evolução tática da repressão durante a Copa”, *Blog da Boitempo*, 4 jul. 2014, disponível em <blogdaboitempo.com.br/2014/07/04/nao-vai-ter-protesto-evolucao-tatica-da-repressao-durante-a-copa>.

³ Mauro Iasi, “Dilma se rende à Lei e Ordem: a ditadura da burguesia mostra a sua cara”, *Portal do PCB*, 18 jan. 2014, disponível em: <pcb.org.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=7004:dilma-se-rende-a-lei-e-ordem-a-ditadura-da-burguesia-mostra-a-sua-cara&catid=65:lulismo>.

A (re)militarização da “questão social” continuou se agravando em 2014, ano da realização da Copa do Mundo em solo nacional. O governo não poupou esforços para garantir no megaevento a segurança dos investimentos privados e seus retornos bilionários. Segundo documento da Matriz de Responsabilidades da Copa do Mundo, foi gasto R\$ 1,9 bilhão na segurança do megaevento. Tais recursos foram destinados à modernização das forças militares com equipamentos bélicos de última geração. Cursos de treinamento fornecidos pelo FBI e outras agências de segurança estadunidenses foram ministrados aos agentes brasileiros, com o objetivo de aperfeiçoar técnicas de controle de “distúrbio civil”. A vigilância eletrônica, desenvolvida pela Polícia Federal e a Agência Brasileira de Inteligência (Abin), intensificou-se, e acordos de cooperação internacional foram assinados, a fim de apertar o cerco sobre os militantes.

Na capital carioca, o Complexo da Maré foi ocupado militarmente, a partir de 5 de abril, por uma força de 2.750 soldados do Exército e da Marinha, além de polícias, reeditando o que já havia acontecido no Complexo do Alemão no processo de “pacificação” das comunidades locais. Vale mencionar que as tropas militares utilizadas nessa operação foram previamente treinadas na missão de ocupação do Haiti⁴. Por fim, o governo federal enviou 27 mil soldados da Força Nacional às cidades-sede dos jogos da Copa. O efetivo total dos militares mobilizados ultrapassou a marca de 180 mil soldados, um recorde em todos os eventos promovidos pela Fifa – e o sistema integrado de segurança e seus respectivos comandos montados seguem ativos, de acordo com declarações oficiais do Ministério da Justiça. A política de segurança pública constitui-se assim como um dos maiores – e piores – legados da Copa do Mundo, o que talvez só se equipare com as remoções arbitrárias de famílias e o uso dos recursos públicos para fins de acumulação das grandes empreiteiras e patrocinadores ligados à Fifa.

No fim de julho deste ano, o Alto Comando do Exército brasileiro iniciou a reformulação do seu Centro de Informações, que passará, inclusive, a ter papel de intervenção em campos de operação. Segundo informações veiculadas pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, o objetivo é “captar informações e monitorar movimentos sociais com potencial para prejudicar o deslocamento e atuação de tropas federais convocadas para conter distúrbios e que atuam na vigilância de áreas pacificadas”.

⁴ Marsílea Gombata, “Haiti serviu como laboratório para a política de UPPs”, *CartaCapital*, 7 ago. 2014, disponível em: <www.cartacapital.com.br/internacional/haiti-serviu-como-laboratorio-para-a-politica-de-upps-7604.html>.

Na mesma matéria – uma visível reprodução de *clipping* da assessoria de imprensa do Exército, sem nenhuma mediação ou contraponto crítico –, a repórter escreve que “os métodos de atuação de vários desses movimentos usam táticas similares a guerrilhas urbanas e rurais e há suspeitas de que alguns deles tenham ligação com organizações criminosas das grandes capitais”⁵. Nessa linha de leitura, que aproxima organicamente o Exército e a mídia oligopolizada, evoca-se a figura das classes perigosas e suas organizações subversivas, agora em suposto conluio com o banditismo, buscando legitimar, pelo consentimento, as soluções apresentadas pelo Estado de militarização da “questão social”.

Por fim, ainda que sem esgotar o assunto, a presidente Dilma sancionou em agosto o projeto de lei, relatado pela senadora Gleisi Hoffman, que concede poder de polícia para as guardas municipais já existentes no país. Fecha-se mais um circuito do Estado dentro do projeto militar de preservação da lei e da ordem, no qual a violência se institucionaliza no país.

Conjuntamente a todos os fatos aqui elencados, temos a repressão aos “rolezinhos”, a proibição de determinadas vestimentas (bonés e máscaras em geral) em ambientes públicos e privados, o endurecimento do código penal, corte de ponto, demissão e prisão de grevistas e dirigentes sindicais, a morte de lideranças dos movimentos sociais do campo (sem-terra, quilombolas, indígenas etc.), o encarceramento e o extermínio dos jovens não brancos moradores das periferias, favelas e comunidades.

O que está se desenrolando hoje no Brasil não é, portanto, um raio em céu de brigadeiro, tampouco um mero desvio de conduta do estado democrático de direito. Trata-se de uma longa construção das classes dominantes em produzir a “paz social” pelo uso intensificado dos meios militares contra as lutas sociais dos setores mais combativos da classe trabalhadora, sempre associado aos métodos de consenso e hegemonia. Uma das novidades históricas é que tal (re)militarização é pensada, articulada e executada por antigos setores da esquerda brasileira, hoje aliados aos setores mais retrógrados da sociedade brasileira (e mundial), empenhados na manutenção do *status quo* e da acumulação do capital do 1% mais rico.

⁵ Tânia Monteiro, “Exército brasileiro cria órgão para monitorar manifestações”, *O Estado de S. Paulo*, 31 jul. 2014, disponível em: <brasil.estadao.com.br/noticias/geral,exercito-brasileiro-cria-orgao-para-monitorar-manifestacoes,1536422>.